

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2018 e 2017

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000 R1 e NBC TG 26, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas às pequenas e médias empresas (PMEs).



SUMÁRIO

Parecer Auditoria Independente -----	03
Balanco Patrimonial -----	07
Demonstração do Resultado -----	09
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido -----	09
Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados -----	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) -----	10
Notas explicativas -----	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Informática de Municípios Associados S.A - IMA
Campinas (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Informática de Municípios Associados - IMA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração dos resultados acumulados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à empresa Informática de Municípios Associados, consoante os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para os prejuízos que a companhia apresentou nos últimos 2 (dois) anos. Em 2018 o prejuízo líquido foi de R\$ 8.670 milhões e R\$ 13.937 milhões acumulado em 2017.

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades.

Principais assuntos de auditoria

Os chamados “Principais assuntos de auditoria” são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses temas foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, bem como na formação de nossa opinião sobre tais evidências contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses pontos.

A empresa aplicou no exercício de 2018, as determinações estabelecidas pela NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente - 25/11/2016, cujo objetivo é estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente.

No exercício de 2017 foi realizada Avaliação Econômico-Financeira de bens intangíveis (softwares e sua propriedade intelectual) que pertenciam à Prefeitura Municipal de Campinas. O Laudo de Avaliação de Bens Intangíveis (Softwares) foi emitido em 27/10/2017. Em 19/03/2018 foi editada a Lei nº 15.572, nos seguintes termos:

LEI Nº 15.572, DE 19 DE MARÇO DE 2018 Autoriza o aumento de capital da Informática de Municípios Associados S/A - IMA na forma que especifica. O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINAS. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei: Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar bens intangíveis definidos como programas de computador, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, de propriedade do Município de Campinas, valorados conforme laudo técnico elaborado por consultoria especializada, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para o aumento de capital da Informática de Municípios Associados S/A - IMA. Parágrafo único. Os bens de que trata o caput deste artigo correspondem ao valor de R\$ 23.294.485,06 (vinte e três milhões, duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e seis centavos), conforme o Anexo Único desta Lei. Art. 2º No contrato de transferência dos bens de que trata o art. 1º desta Lei, deverá ficar estabelecido que não haverá aumento de despesas para o Município em virtude da celebração do instrumento. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O aumento de capital e conseqüente assunção do ativo intangível foi efetuado no decorrer do exercício de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas demais informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este se encontra inconsistente com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou se, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se acaso concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da empresa Informática de Municípios Associados – IMA em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa Informática de Municípios Associados - IMA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos desta empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Informática de Municípios Associados - IMA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros

Chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Contábeis do

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por nossa firma, cujo relatório emitido em 18/01/2018 não continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 27 de janeiro de 2019.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S – EPP

CRC2SP022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL – Em Reais

		Reconciliado NBC TG 47 nota 2.3
	Nota	2018
		2017
ATIVO		
CIRCULANTE		106.951.258
Caixa e equivalentes de caixa	4	339.648
Contas a receber de clientes	5	13.235.210
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa	5.2	(1.853.231)
Contratos com clientes	2.3	94.269.465
Adiantamentos		254.847
Estoques		43.248
Tributos a recuperar	6	128.720
Tributos à restituir	6	522.784
Direitos de terceiros		900
Despesas antecipadas		9.667
NÃO CIRCULANTE		44.916.267
Realizável a longo prazo		35.903.366
Direitos de terceiros		-
Contratos com clientes	2.3	35.026.397
Depósitos judiciais	16	798.989
Tributos a recuperar	6	77.980
Ativos especiais	10	-
Imobilizado	8	6.759.248
Imobilizado		20.606.019
(-) Depreciação Acumulada		(13.846.771)
Intangível	9	2.253.653
Intangível		6.023.758
(-) Amortização Acumulada		(3.770.105)
ATIVO TOTAL		151.867.525
		146.577.158

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL – Em Reais

			Reconciliado NBC TG 47 nota 2.3
	Nota	2018	2017
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		110.279.940	110.652.033
Fornecedores	11	2.835.956	3.693.483
Obrigações com clientes	2.3	93.327.471	94.269.465
Salários e obrigações sociais	12	9.577.735	9.606.350
Obrigações sociais - parcelamentos	14	996.188	425.591
Obrigações tributárias	13	2.107.274	1.337.527
Obrigações tributárias - parcelamentos	14	453.731	714.702
Acordos trabalhistas - parcelamentos	17	559.150	446.609
Outras obrigações		4.841	-
Dividendos e participações		4.707	4.707
Adiantamentos		169.589	153.599
Impostos e contribuições diferidos	15	243.298	-
		17.824.259	38.865.868
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações tributárias - parcelamentos	14	1.178.337	873.308
Obrigações sociais - parcelamentos	14	3.182.126	1.539.832
Acordos trabalhistas - parcelamentos	17	141.591	-
Obrigações Sociais		26.990	-
Provisão para contingências	16	827.233	926.000
Impostos e contribuições diferidos	15	109.867	500.331
Obrigações com clientes	2.3	12.358.115	35.026.397
		18.472.959	2.349.624
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18	41.209.553	17.915.068
Capital a integralizar		(1.612.357)	(1.628.643)
Prejuízos acumulados	19	(21.124.237)	(13.936.801)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		146.577.158	151.867.525

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – Em Reais

	Nota	2018	2017
Receita líquida dos serviços	20	71.051.673	68.582.671
Custos dos serviços prestados		(59.428.036)	(61.102.536)
Lucro bruto		11.623.637	7.480.135
Outras receitas (despesas) operacionais		(19.164.784)	(19.047.185)
Administrativas		(17.617.857)	(19.097.763)
Reversão de Provisões		82.000	226.487
Provisão de Contingências		(1.613.708)	-
Outras Receitas (Despesas)		101.355	7.554
Despesas tributárias		(116.574)	(183.463)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(7.541.147)	(11.567.050)
Resultado líquido das receitas (despesas) financeiras	21	(1.128.987)	(546.124)
Receitas Financeiras		732.968	876.153
Despesas Financeiras		(1.861.955)	(1.422.277)
Prejuízo líquido do exercício		(8.670.134)	(12.113.174)
Prejuízo líquido por ação		(0,21039)	(0,67614)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS – Em Reais

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Prejuízo acumulado	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2016		16.286.425	-	827.726	(1.824.169)	15.289.982
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	(827.184)	(827.184)
Aumento do capital social-AGE 16/10/17	18	1.628.643	(1.628.643)	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	19	-	-	-	(12.113.174)	(12.113.174)
Reserva legal		-	-	(827.726)	827.726	-
SALDOS EM 31/12/2017		17.915.068	(1.628.643)	-	(13.936.801)	2.349.624
Ajustes de exercícios anteriores	19	-	-	-	1.482.698	1.482.698
Aumento do capital social-AGE de 26/04/18	18	23.294.485	-	-	-	23.294.485
Integralização de capital	18	-	16.286	-	-	16.286
Prejuízo líquido do exercício	19	-	-	-	(8.670.134)	(8.670.134)
SALDOS EM 31/12/2018		41.209.553	(1.612.357)	-	(21.124.237)	18.472.959

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS PREJUÍZOS ACUMULADOS – Em Reais

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial de prejuízos acumulados	19	(13.936.801)	(1.824.169)
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores		1.482.698	(827.184)
(+/-) Prejuízo líquido do exercício		(8.670.134)	(12.113.174)
(+) Reserva legal - reversão para prejuízos acumulados		-	827.726
(=) Saldo final de prejuízos acumulados		(21.124.237)	(13.936.801)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Em Reais

	<u>2018</u>	<u>Reconciliado NBC TG 47 nota 2.3 2017</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo líquido do exercício	(8.670.134)	(12.113.174)
Depreciações e amortizações	2.100.306	1.736.672
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.941	-
Provisões para contingência	(98.767)	(154.673)
Prejuízo líquido ajustado	(6.663.654)	(10.531.175)
Aumento (redução) nas contas do ativo	4.826.638	(127.858.478)
Contas a receber	3.711.725	(726.300)
Adiantamentos	(9.986)	(153.749)
Contratos com clientes	23.610.276	(129.295.862)
Ativos especiais	(20.576.655)	-
Outros ativos	(1.908.722)	2.317.433
Aumento (redução) nas contas do passivo	(19.832.237)	136.678.384
Fornecedores	(857.527)	1.922.383
Obrigações com clientes	(23.610.276)	129.295.862
Salários e obrigações sociais	(1.625)	2.826.391
Obrigações tributárias	769.747	(16.861)
Parcelamentos tributários a pagar	2.398.540	3.065.543
Impostos e contribuições diferidas	(147.166)	1.719
Outros passivos	133.372	410.531
Ajuste de Exercícios Anteriores	1.482.698	(827.184)
Geração (utilização) operacional de caixa	(21.669.253)	(1.711.269)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Movimentação líquida do imobilizado e intangível	(349.581)	(118.448)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(349.581)	(118.448)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de Capital	23.310.771	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	23.310.771	-
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	1.291.937	(1.829.717)
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	339.648	2.169.365
Caixa e equivalente caixa no final do exercício	1.631.585	339.648
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	1.291.937	(1.829.717)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Informática de Municípios Associados S/A – IMA é uma sociedade anônima de economia mista de capital social fechado, domiciliada na cidade de Campinas-SP, constituída nos termos da Lei Municipal nº 4.635, de 09 de julho de 1.976. O acionista controlador é a Prefeitura Municipal de Campinas, com 99,89%, tem como finalidade a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, Telecomunicações, Serviços Gráficos e pela Imprensa Oficial do Município de Campinas, oferecendo soluções em estreita parceria com a administração pública, na busca de melhores resultados na gestão de serviços públicos.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000 (R1) e NBC TG 26, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas às pequenas e médias empresas (PMEs); combinada com a NBC TG 47– Receita de Contrato com Cliente com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2018.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis estão expressos em reais, que é a moeda funcional da empresa e foram preparadas utilizando o custo histórico, como base de valor.

2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da IMA use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A IMA revisa as estimativas e as premissas anualmente.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, estão incluídas na nota explicativa nº 16 – provisões para contingências processos trabalhistas e cíveis.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC aprovou a NBC TG 47 que dispõe sobre a receita de contrato com cliente, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

Esta norma estabelece um novo modelo que deve ser aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a norma as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A administração da IMA adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018, em complemento à norma das NBC TG 1000 (R1), com método retrospectivo modificado com objetivo de demonstrar de forma mais ampla e detalhada as informações contábeis, e com isso, gerar uma ferramenta de clareza e relevância na tomada de decisão.

A adoção do NBC TG 47, em caráter complementar está fundamentada no disposto do item 10.4 da norma NBC TG 1000 (R1).

Assim, com o objetivo de assegurar a comparabilidade entre os exercícios apresentados, demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2018, afetado pela nova norma:

	Demonstrações contábeis em	Impactos referente a adoção da NBC TG 47	Demonstrações contábeis em
	31/12/2017		01/01/2018
ATIVO			
CIRCULANTE	12.681.793	94.269.465	106.951.258
Caixa e equivalentes de caixa	339.648		339.648
Contas a receber de clientes	13.235.210		13.235.210
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa	(1.853.231)		(1.853.231)
Contratos com clientes	-	94.269.465	94.269.465
Adiantamentos	254.847		254.847
Estoques	43.248		43.248
Tributos a recuperar	651.504		651.504
Direitos de terceiros	900		900
Despesas antecipadas	9.667		9.667
NÃO CIRCULANTE	9.889.870	35.026.397	44.916.267
Realizável a longo prazo	876.969	35.026.397	35.903.366
Depósitos judiciais	798.989		798.989
Tributos a recuperar	77.980		77.980
Contratos com clientes	-	35.026.397	35.026.397
Imobilizado	6.759.248		6.759.248
Imobilizado	20.606.019		20.606.019
(-) Depreciação Acumulada	(13.846.771)		(13.846.771)
Intangível	2.253.653		2.253.653
Intangível	6.023.758		6.023.758
(-) Amortização Acumulada	(3.770.105)		(3.770.105)
ATIVO TOTAL	22.571.663	129.295.862	151.867.525
PASSIVO			
CIRCULANTE	16.382.568	94.269.465	110.652.033
Fornecedores	3.693.483		3.693.483
Obrigações com clientes	-	94.269.465	94.269.465
Salários e obrigações sociais	9.606.350		9.606.350
Obrigações sociais - parcelamentos	425.591		425.591
Obrigações tributárias	1.337.527		1.337.527
Obrigações tributárias - parcelamentos	714.702		714.702
Acordos trabalhistas - parcelamentos	446.609		446.609
Dividendos e participações	4.707		4.707
Adiantamentos	153.599		153.599
NÃO CIRCULANTE	3.839.471	35.026.397	38.865.868
Obrigações tributárias - parcelamentos	873.308		873.308
Obrigações sociais - parcelamentos	1.539.832		1.539.832
Provisão para contingências	926.000		926.000
Tributos diferidos	500.331		500.331
Obrigações com clientes	-	35.026.397	35.026.397
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.349.624		2.349.624
Capital social	17.915.068		17.915.068
Capital a integralizar	(1.628.643)		(1.628.643)
Prejuízos acumulados	(13.936.801)		(13.936.801)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	22.571.663	129.295.862	151.867.525

- (i) O reconhecimento dos contratos seguiu os seguintes critérios:
- a) Os contratos foram aprovados pelas partes, por escrito, e sujeitos ao cumprimento das suas respectivas obrigações;
 - b) Os direitos e deveres de ambas as partes estão relacionados aos serviços a serem transferidos;
 - c) Há identificação nos contratos dos termos de pagamento para os serviços a serem transferidos;
 - d) Possui substância comercial;
 - e) É provável que a IMA receba a contraprestação pelos serviços transferidos, baseado na capacidade do cliente pagar os valores quando devidos.

Não houve impactos nas receitas desses contratos, pois IMA já vinha reconhecendo em valores que refletiram a contraprestação pela efetiva transferências de serviços aos clientes nos respectivos períodos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios anteriores, exceto o demonstrado na nota explicativa 2.3.

3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa - Os valores contabilizados representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

3.2 Clientes – Registrados pelas respectivas transações na data de sua ocorrência, ou seja, pelo regime de competência.

3.3 Estoques – Avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, inferiores ao valor de mercado. Quando necessária a provisão para desvalorização dos estoques é constituída com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência e seu montante é avaliado pela Administração.

3.3. Imobilizado – Avaliado pelo custo de aquisição. As depreciações foram calculadas pelo método linear com base em taxas que consideram a vida útil econômica estimada dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado quando incorrido.

3.4. Redução ao Valor Recuperável de Ativos– O processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade consubstanciou a obrigatoriedade da realização do teste de *impairment* no Brasil, através da norma NBC TG R1, seções 17 e 27, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que trata do teste de recuperabilidade de ativos. Esta norma determina que quando constatado que um ativo, ou grupo de ativos, está registrado por um valor superior aos benefícios que ele pode proporcionar deve-se reconhecer uma perda no resultado do exercício.

3.5. Segregação entre Circulante e Não Circulante – As operações com vencimentos inferiores a 360 dias estão registradas no circulante e as com vencimentos superiores no não circulante.

3.6. Apuração do resultado – As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a IMA espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Custos e despesas foram reconhecidos pelo regime de competência.

3.7. Eventos subsequentes – Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

3.8. Capital Social - Composto por ações ordinárias. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo até a definição em Assembleia Geral Ordinária, quanto à distribuição aos acionistas ou incorporação ao capital social da empresa.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa e bancos	1.336	335.703
Aplicações financeiras:		
Banco Brasil - Aplicação BB200 (i)	-	203
Banco Brasil - Aplicação BB Supremo (ii)	1.630.230	3.694
Bradesco - conta aplicação	19	48
	1.631.585	339.648

As aplicações financeiras são representadas por:

- BB Renda Fixa Curto Prazo 200 - Fundo de investimento (FIs), com cotas aplicadas em títulos públicos federais e privados, prefixados ou pós fixados, indexados à CDI/Selic.
- BB Curto Prazo Supremo Setor Público - Fundo de renda fixa, indicado para o setor público, com liquidez e rentabilidade diárias, indexados à CDI/Selic.

5. CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

5.1 Clientes

Os principais clientes da IMA são:

Clientes	2018	2017
Prefeitura Municipal de Campinas	8.474.366	12.278.607
Hospital Municipal Dr. Mário Gatti	323.463	560.082
Serviços Técnicos Gerais-Setec	158.281	78.846
Empresa Municipal Desenvolvimento de Campinas-Emdec	138.393	10.869
Câmara Municipal de Campinas	63.770	-
Centrais de Abastecimento de Campinas-Ceasa	16.291	8.560
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento-Sanasa	11.744	-
Prefeitura Municipal de Monte Mor	7.788	-
Instituto Previdência Social do Mun. de Campinas -Camprev	7.258	-
Companhia de Habitação Popular de Campinas - Cohab	5.926	7.005
Companhia de Desenv. do Polo Alta Tecnologia - Ciatec	1.864	-
Prefeitura da Estância Turística de Itú	1.466	1.600
Município de Americana	660	-
Fundação Municipal de Educação Comunitária-Fumec	-	3.148
Unihealth Logística Ltda	-	16.310
Demais Valores	312.215	270.183
	9.523.485	13.235.210
(-) Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.858.172)	(1.853.231)
	7.665.313	11.381.979

5.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

No exercício de 2018, foi adicionado na provisão para créditos de liquidação duvidosa, o valor de R\$ 4.940. Essa provisão é constituída para títulos vencidos há mais de 90 (noventa) dias, traduzindo o real valor de seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

Exercícios	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos				PCLD	Total
		<= 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	> 90 dias		
31/12/17	5.847.380	4.108.025	886.383	457.469	1.935.953	(1.853.231)	11.381.979
31/12/18	6.994.849	570.007	53.533	46.924	1.858.172	(1.858.172)	7.665.313

6. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RESTITUIR

Tributos e Contribuições

a recuperar	2018	2017
Cofins	17.101	21.642
PIS	3.705	4.689
CSLL	33.821	24.177
IRRF	45.099	32.672
ICMS	77.980	123.520
	177.706	206.700
Circulante	145.265	128.720
Não Circulante	32.441	77.980

Tributos e Contribuições

a restituir (i)	2018	2017
INSS	90.896	-
COFINS	147.259	-
CSLL	8.120	219.430
IRPJ	2.195.205	303.354
	2.441.480	522.784
Circulante	2.441.480	522.784

(i) Os tributos a restituir se referem a créditos extemporâneos de 2012 a 2015, levantados com base na reversão da adição das despesas de PIS e de COFINS diferidas, conforme determina o art. 7º da Lei 9.718/98, bem como levantamento sobre bases negativas da CSLL.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

7.1 – Prefeitura Municipal de Campinas

O reconhecimento das receitas faturadas e a faturar em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são assim compostas:

Cientes - Parte Relacionada	2018	2017
Prefeitura Municipal de Campinas		
Serviços faturados e pendentes de recebimento	4.872.607	6.714.067
Serviços a faturar (i)	3.601.759	5.564.540
	8.474.366	12.278.607

(i) Reconhecimento dos serviços prestados das competências de dezembro de 2018 e 2017.

A composição com partes relacionadas são:

	Ativo circulante		Receitas	
	2018	2017	2018	2017
Prefeitura Municipal de Campinas	8.474.366	12.278.607	72.931.051	71.049.435
Demais Empresas/Entidades Municipais	1.049.119	956.603	5.858.889	4.654.939
	9.523.485	13.235.210	78.789.940	75.704.374
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.858.172)	(1.853.231)		
	7.665.313	11.381.979		

7.2 Contratos de Prestações de Serviços

A IMA mantém contratos de prestações de serviços firmados com a Prefeitura Municipal de Campinas, órgãos da administração indireta de Campinas, com outras Prefeituras.

Sobre os serviços prestados a Prefeitura de Campinas, são contratos de valores fixos, como os de rede lógica, service desk e publicação do diário oficial, os demais serviços como desenvolvimento de softwares, telecomunicações, atendimento, hospedagem, contas de e-mail, gerenciamento eletrônico de dados são contratos de valores variáveis, ou seja, os serviços são prestados conforme demanda solicitada pela Prefeitura Municipal de Campinas, que em 2018 representou 91% do total do faturamento bruto anual da IMA.

Os contratos firmados pela IMA:

Contratos de Prestações de Serviços com a PMC

Área de negócio	Contrato	Modalidade	Descrição	Vigência até	Valor do Contrato
Sustentação	001/2018	Storage	Armazenamento de dados	Jan/2021	327.153
	164/2016 - T.A.157/2017	E-mail	Gestão de e-mail - Contas Individuais/Grupo	Jan/2019	169.716
	165/2016 - T.A.007/2018	Hospedagem	Hospedagem sistemas/sites em banco de dados	Jul/2019	4.213.345
	Soma:				4.710.214
Soluções em softwares	006/2015 - T.A.005/2018	Softwares	Desenvolvimento e Suporte de Sistemas	Jan/2019	7.031.699
Estação de trabalho	163/2016 - T.A.002/2018	Service Desk	Monitoramento e manutenção de serviço AD	Jul/2019	990.000
Telecomunicações	044/2016 - T.A.003/2018	Conectividade	Telecomunicação	Jan/2020	44.057.022
	166/2016 - T.A.006/2018	Projetos técnicos	Monitoramento e gerenciamento redes lógicas	Jul/2019	1.200.000
	Soma:				45.257.022
Atendimento ao cidadão	068/2018	Atendimento	Teleatendimento	Jul/2019	3.747.465
	069/2018	Atendimento	Atendimento Presencial	Jul/2020	35.838.304
	133/2016 - T.A.099/2018	Atendimento	Digitização de documentos	Jun/2019	2.067.953
	Soma:				41.653.722
Artes Digitais e GED	021/2015 - T.A.001/2018	Digitalização	Gerenciamento eletrônico de dados	Jan/2019	1.877.340
	113/2017	Artes digitais	Serviços gráficos e publicação Diário Oficial	Out/2019	761.613
	Soma:				2.638.953
Total:					102.281.611

7.3 Remuneração dos Administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da IMA.

Conforme estabelece o Estatuto Social da IMA, os órgãos da administração são compostos por 5 (cinco) membros do Conselho de Administração e 4 (quatro) membros da Diretoria Executiva.

A decisão de todas as operações da IMA é submetida à Diretoria e ao Conselho de Administração, conforme competências descritas em seu Estatuto Social. Assim, todas as operações, especialmente aquelas com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da IMA a que estavam subordinadas, em conformidade com art. 138 e demais da Lei 6.404/76 e alterações subsequentes, qualquer membro do Conselho de Administração da IMA é impedido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da IMA.

O quadro abaixo demonstra a composição da remuneração global bruta definida para os respectivos exercícios:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração dos administradores	1.436.343	1.465.665

Conforme disposto no Estatuto Social da IMA, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, assegurará aos seus dirigentes e conselheiros, presentes e passados, a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da empresa.

A garantia prevista estende-se aos membros do Conselho Fiscal, bem como a todos os empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação da Diretoria Executiva da IMA.

8. IMOBILIZADO

Classes do imobilizado	<u>2018</u>			<u>2017</u>	% taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Instalações	29.438	(7.590)	21.848	14.945	10%
Móveis e Utensílios	1.380.048	(1.041.227)	338.821	444.508	10%
Máquinas e Equipamentos	2.102.818	(1.009.995)	1.092.823	1.293.199	10%
Máquinas e Equipamentos-Fibra Óptica	1.329.134	(331.187)	997.947	1.130.862	10%
Benfeitorias em Bens Terceiros-Fibra Óptica	429.738	(22.754)	406.984	83.714	10%
Equipamentos de Informática	14.323.404	(12.086.541)	2.236.863	3.400.580	20%
Benfeitorias em Bens Terceiros	505.477	(165.058)	340.419	391.440	20%
Veículos	224.158	(224.158)	-	-	20%
	20.324.215	(14.888.510)	5.435.705	6.759.248	

A IMA efetuou o teste de *impairment*, conforme determina a NBC TG 1000 (R1), visando identificar se algum de seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica relevante. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos, asseguram que estão registrados contabilmente por valores que não excedem seus valores de recuperação, não sendo necessário ajustes de perdas por desvalorização.

Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Classes do Imobilizado	<u>2017</u>	<u>Movimentação do exercício</u>			<u>2018</u>
	Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Líquido
Instalações	14.945	11.600		(4.697)	21.848
Móveis e Utensílios	444.508	8.081	(16.135)	(97.633)	338.821
Máquinas e Equipamentos	1.293.199	3.502		(203.878)	1.092.823
Máquinas e Equipamentos-Fibra Óptica	1.130.862			(132.915)	997.947
Benfeitorias em Bens Terceiros-Fibra Óptica	83.714	339.395		(16.125)	406.984
Equipamentos de Informática	3.400.580	3.250	(112)	(1.166.855)	2.236.863
Benfeitorias em Bens Terceiros	391.440			(51.021)	340.419
	6.759.248	365.828	(16.247)	(1.673.124)	5.435.705

9. INTANGÍVEL

Classe do intangível	2018			2017	% taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Programas de computadores	6.023.758	(4.197.287)	1.826.471	2.253.653	20%
	6.023.758	(4.197.287)	1.826.471	2.253.653	

Síntese da movimentação do ativo intangível:

Classe do Intangível	2017	Movimentação do exercício			2018
	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização	Líquido
Programas de computadores	2.253.653			(427.182)	1.826.471
	2.253.653	-	-	(427.182)	1.826.471

A IMA também realizou teste de *impairment* nos ativos intangíveis e estão registrados por valor inferior à sua recuperabilidade e, portanto, não sendo necessário ajustes de perdas por desvalorização em atendimento à norma contábil NBC TG 1000 (R1).

10. ATIVOS ESPECIAIS

Em 20 de março de 2018, conforme publicação no Diário Oficial do Município de Campinas, a Câmara Municipal de Campinas aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a Lei nº 15.572, de 19 de março de 2018, que autoriza a Informática de Municípios Associados – IMA a utilizar bens intangíveis definidos como programas de computador (softwares) de propriedade do município de Campinas no valor total de R\$ 23.294.485,06 valorados conforme laudo técnico preparado por empresa especializada, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei Federal 6.404/1976, destinado para o aumento do capital social da Informática de Municípios Associados – IMA.

Em cumprimento à lei acima citada, os acionistas da IMA deliberaram em 26 de abril de 2018 o aumento do capital social, conforme ata da AGO/AGE. Em contrapartida a IMA registrou em Ativos Especiais como softwares destinados a venda e/ou comercialização, segregados no Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

Esses softwares já faziam parte das receitas e escopo de serviços exclusivos da IMA a Prefeitura do Município de Campinas.

Como detentora do direito intelectual, a IMA amplia a suas possibilidades e modalidades de receitas, na venda e comercialização desses softwares a outras prefeituras e autarquias, que estão sujeitas em sua maioria, ao cumprimento de obrigações principais e acessórias atendidas por estes intangíveis. Os valores foram apropriados pelo critério de geração de renda, ou seja, pela capacidade de gerar receitas e sua projeção de valor no período explícito da vida útil esperada para geração de benefícios à IMA. O fluxo de receitas se baseou em relatório de receitas por software disponibilizados pela IMA e opinião técnica sobre a vida útil econômica esperada. Fora adotada a amortização pelo método linear na vida útil econômica estimada, sem valor residual.

11. FORNECEDORES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores	2.098.246	2.682.426
Acordos com fornecedores (i)	<u>737.710</u>	<u>1.011.057</u>
	<u>2.835.956</u>	<u>3.693.483</u>

Os principais fornecedores são: prestadores de serviços para manutenção de acessos à internet, serviços de telefonia, licenças e manutenções de softwares, banco de dados, data-center e aluguel do imóvel da sede da IMA.

(i) Em 2018 e 2017 a IMA formalizou acordos com operadoras de acesso à internet, cujos saldos são:

Acordos	Valor principal	Parcelas	Período vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Ata de 07/06/2017	436.446	12	jun/17 a jul/18	-	318.107
Ata de 05/07/2017	692.950	10	fev/18 a nov/18	-	692.950
Ata de 21/08/2018	805.194	10	dez/18 a set/19	724.675	-
Termo Acordo Conf. Dívida	17.380	4	dez/18 a jan/19	13.035	
Total	1.951.970			737.710	1.011.057

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

A composição das obrigações sociais são:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários	-	1.173.465
Pensão alimentícia	8.271	7.443
INSS	2.218.857	1.584.744
CPRB	909.506	394.779
FGTS a recolher	373.308	368.648
Provisão de férias	4.460.241	4.466.427
Provisão de INSS sobre férias	1.247.128	1.248.858
Provisão de FGTS sobre férias	356.819	357.314
Demais obrigações sociais	<u>3.605</u>	<u>4.672</u>
Total	<u>9.577.735</u>	<u>9.606.350</u>

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRPJ	-	78.572
CSLL	-	29.299
PIS	134.019	38.431
COFINS	618.551	177.376
Lei 10.833 (Pis, Cofins e CSLL)	17.014	26.564
IRRF	630.237	624.500
ISSQN	13.489	9.131
INSS PJ	10.497	8.335
ICMS	346.840	143.628
FUST	6.305	5.528
FUNTELL	3.153	2.764
Multas e Juros	<u>327.169</u>	<u>193.399</u>
Total	<u>2.107.274</u>	<u>1.337.527</u>

A IMA obteve da Receita Federal pedidos autorizados para compensação de tributos e contribuições. Em 2018 não houve compensações de tributos.

Em 2018 foram baixados a crédito da conta de ajustes de exercícios anteriores, os valores de R\$ 78.572 (IRPJ) e R\$ 29.299 (CSLL), bem como os juros e multas provisionados para essas modalidades. A fundamentação legal para essa baixa está demonstrada na nota explicativa 19.2.

A seguir as modalidades dos tributos que foram compensados em 2017.

Modalidades	Valores compensados	
	2018	2017
PIS	-	305.149
COFINS	-	1.060.240
DCTF - multa	-	1.185.841
Parcelamento Lei nº 11.941/2009	-	371.063
	-	2.922.293

14. PARCELAMENTOS A PAGAR

	2018	2017
ICMS	112.997	621.584
Previdenciário	2.774.347	1.131.910
CPRB	1.403.967	833.513
PIS	271.364	166.253
COFINS	1.247.707	800.173
Total	5.810.382	3.553.433
Circulante	1.449.919	1.140.293
Não Circulante	4.360.463	2.413.140

Abaixo a relação dos parcelamentos das obrigações tributárias:

PARCELAMENTOS DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS						
ICMS	Competências	Valor Parcelado	Nº parcelas	Saldo a pagar	Curto prazo	Longo prazo
Parcelamento 1	mai-17	177.015	36	88.508	59.005	29.503
Parcelamento 2	jun-17	164.481	24	47.974	47.974	-
		341.496		136.482	106.979	29.503
Juros a incorrer				(23.485)	(17.825)	(5.660)
				112.997	89.154	23.843
Previdenciário		Valor Parcelado	Nº parcelas	Saldo a pagar	Curto prazo	Longo prazo
Parcelamento	Consolidado mai a jul-17 e out-17 a fev-18	3.511.423	60	2.774.347	665.843	2.108.504
Contribuição Previdenciária s/ receita bruta-CPRB		Valor Parcelado	Nº parcelas	Saldo a pagar	Curto prazo	Longo prazo
Parcelamento	Consolidado mai a jul, de out a dez/17; jan e fev/18	1.707.504	60	1.403.967	330.345	1.073.622
RFB - PIS		Valor Parcelado	Nº parcelas	Saldo a pagar	Curto prazo	Longo prazo
Parcelamento	Consolidado mar, mai a jul e dez/17; jan e fev/18	325.418	60	271.364	65.127	206.237
RFB - COFINS		Valor Parcelado	Nº parcelas	Saldo a pagar	Curto prazo	Longo prazo
Parcelamento	Consolidado ago/15, mai a jul e dez/17; jan e fev/18	1.544.004	60	1.247.707	299.450	948.257
TOTAL DOS PARCELAMENTOS		Valor Parcelado		Saldo a pagar	Curto prazo	Longo prazo
		7.429.845		5.810.382	1.449.919	4.360.463

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
COFINS diferida - exercício 2016	90.302	90.302
PIS diferido - exercício 2016	19.565	19.565
COFINS diferida - exercício 2018	43.327	320.929
PIS diferido - exercício 2018	199.971	69.535
Total	353.165	500.331
Circulante	243.298	-
Não Circulante	109.867	500.331

Os impostos e contribuições diferidos foram calculados sobre o faturamento com a Prefeitura Municipal de Campinas e não recebidas até a data do balanço. O diferimento de tais contribuições decorre da Lei nº 9.718/1998 art. 7º.

“No caso de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, o pagamento das contribuições de que trata o art. 2º desta Lei poderá ser diferido, pelo contratado, até a data do recebimento do preço.”

Tributos definidos como diferidos, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 1000 (R1), Seção 29, Tributos sobre o Lucro.

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA PERDAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

	Ativo não circulante		Contingências			
			Prováveis		Possíveis e remotas	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ações trabalhistas	374.140	358.936	827.233	926.000	1.788.880	3.456.913
Ações cíveis	451.062	440.053	-	-	5.075.085	5.075.085
	825.202	798.989	827.233	926.000	6.863.965	8.531.998

Movimentação

contingências prováveis	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reversões</u>	<u>2018</u>
Ações trabalhistas	926.000	373.233	(472.000)	-	827.233

Conforme NBC TG 1000 (R1), Seção 21, o contingenciamento do passivo de processos trabalhistas, cíveis e tributários passou por análise entre provisão e passivo contingente.

A IMA está envolvida em alguns processos trabalhistas e cíveis. A administração da empresa entende que o montante das provisões é suficiente para a cobertura de eventuais perdas, conforme opinião da área jurídica da empresa.

17. ACORDOS TRABALHISTAS

Em 2018 e 2017 a IMA formalizou alguns acordos relativos às ações trabalhistas, cujos saldos são:

Processos	Valor		Período vencimento	31/12/2018 31/12/2017	
	principal	Parcelas			
0010172-38.2015.5.15.0032	112.529	11	out/17 a ago/18	-	81.840
0173000-30.2006.5.15.0053	494.000	22	abr/18 a jan/20	291.910	-
0011329-80.2014.5.15.0129	190.000	10	jun/18 a mar/19	57.000	-
0012284-25.2014.5.15.0093	250.000	10	set/18 a jun/19	150.000	-
0011156-36.2015.5.15.0092	63.085	5	set/18 a jan/19	12.617	-
0010726-61.2018.5.15.0001	8.000	4	out/18 a jan/19	2.000	139.101
0001727-10.2013.5.15.0094	204.234	36	out/18 a set/21	187.214	225.668
Total	1.209.319			700.741	446.609
			Circulante	559.150	446.609
			Não Circulante	141.591	-

18. CAPITAL SOCIAL

18.1 Em 16 de outubro de 2017, em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram:

- Por aumentar o capital social com a emissão de 1.628.643 ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R\$ 1,00. Assim, naquela data, o capital social passou de R\$ 16.286.425,00 para R\$ 17.915.068,00. O valor de R\$ 1.628.643,00 deverá ser integralizado no prazo de até 48 meses.
- Em 14 de março de 2018, o Município de Valinhos integralizou 16.286 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

18.2 Em 20 de março de 2018, conforme publicação no Diário Oficial do Município de Campinas, a Câmara Municipal de Campinas aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a Lei nº 15.572, de 19 de março de 2018, que autoriza a Informática de Municípios Associados – IMA a utilizar bens intangíveis definidos como programas de computador (softwares) de propriedade do município de Campinas no valor total de R\$ 23.294.485,00 valorados conforme laudo técnico preparado por empresa especializada, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei Federal 6.404/1976, para aumento do capital social da Informática de Municípios Associados – IMA passando de R\$ 17.915.068,00 para R\$ 41.209.553,00.

Em cumprimento à lei acima citada, os acionistas da IMA deliberaram em 26 de abril de 2018 pelo aumento do capital social, conforme ata da AGO/AGE.

O aumento do capital social foi registrado em contrapartida em Ativos Especiais como softwares destinados a venda e/ou comercialização, vide nota explicativa 10.

O capital social da IMA é composto por ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 por ação.

Após os eventos acima descritos, a composição da participação acionária tem seguinte distribuição:

Acionistas	2018		2017	
	Qtd. Ações	%	Qtd. Ações	%
Prefeitura Municipal de Campinas	39.553.445	99,8895	16.258.937	99,8312
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.	9.416	0,0238	9.416	0,0578
Companhia de Habitação Popular de Campinas	7.155	0,0181	7.155	0,0439
Hospital Municipal Doutor Mário Gatti	7.155	0,0181	7.155	0,0439
Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas	3.734	0,0094	3.734	0,0229
Município de Valinhos	16.286	0,0411	-	-
Outros	5	0,0000	28	0,0002
Total ações ordinárias integralizadas	39.597.196	100,000	16.286.425	100,000
Ações ordinárias a integralizar	1.612.357		1.628.643	
Total de ações ordinárias subscritas	41.209.553		17.915.068	

19. PREJUÍZOS ACUMULADOS

19.1 Resultados dos exercícios de 2018 e 2017

Nos exercícios de 2018 e 2017 a empresa apresentou prejuízo líquido de R\$ 8.670.134 e de R\$ 12.113.174 respectivamente.

19.2 Ajustes de exercícios anteriores

Em conformidade com a Seção 10 da norma NBC TG 1000 R1, os ajustes de exercícios anteriores foram decorrentes:

- i. Do reconhecimento de recuperação de crédito tributário referente saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica dos exercícios 2013 e 2014, nos respectivos valores de R\$ 668.619 e R\$ 597.086. Esse reconhecimento decorreu da imunidade tributária sobre livros, jornais e periódicos, prevista no artigo 150, inciso VI, alínea d, da Constituição Federal do Brasil, sendo seus valores apurados através de revisão e devidas retificações das obrigações acessórias.
- ii. Da alteração do regime de apuração, de caixa para competência, ou seja, apuração de Imposto sobre o lucro diferido, para o lucro real. Diante do prazo prescricional ter se concretizado, executa-se a baixa dos referidos tributos, não cabendo à Fazenda Pública constituir o referido crédito tributário. A mudança do regime de apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre Lucro, resultou para os períodos de janeiro a março de 2011 os valores de R\$ 151.472 (IRPJ) e R\$ 56.188 (CSLL). A base legal aplicada foi da Lei 5.192/66, artigo 173, Código Tributário Nacional. Diante desse preceito legal foi baixada a obrigação tributária, conforme demonstrado no quadro da nota explicativa 13, pelos seus valores nominais e pelos juros e multas provisionados.
- iii. Da Cofins parcial de fevereiro de 2015, no valor de R\$ 9.333 compensado com créditos, devido a indeferimento em pedido anterior à Receita Federal.

Segue a composição dos valores:

Tributos e Contribuições	Competências	2018	2017
IRPJ	2011 a 2014	1.417.177	(749.296)
CSLL	2011	56.188	(77.888)
Cofins	2015	9.333	-
Total		1.482.698	(827.184)

No final do exercício de 2018 o saldo credor da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, foi transferido para a conta Prejuízos Acumulados.

19.3 Prejuízos acumulados

Prejuízo acumulado em 31/12/2017	(13.936.801)
Prejuízo do exercício	(8.670.134)
Ajustes de exercícios anteriores	1.482.698
Prejuízo acumulado em 31/12/2018	(21.124.237)

20. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta	78.789.940	75.704.374
(-) Deduções (Tributos)	<u>(7.738.267)</u>	<u>(7.121.703)</u>
Receita líquida	<u>71.051.673</u>	<u>68.582.671</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Descontos concedidos - Prefeitura Munic. de Campinas	-	(5.913)
Impostos sobre operações financeiras	(10.427)	-
Juros de mora - fornecedores	(158.778)	(36.209)
Multas de mora - fornecedores	(156)	(18.490)
Juros de mora - tributos e contribuições	(367.025)	(156.462)
Multas de mora - tributos e contribuições	(954.224)	(678.362)
Tarifas bancárias	(10.310)	(10.779)
Variação monetária impostos	(337.055)	(506.661)
Variação monetária passiva	(23.980)	(9.401)
Total das despesas financeiras	<u>(1.861.955)</u>	<u>(1.422.277)</u>
Descontos obtidos (a)	18.870	89.189
Receita sobre aplicação financeira	2.918	988
Juros de mora - cliente	-	281
Variação monetária ativa (b)	<u>711.180</u>	<u>785.695</u>
Total das receitas financeiras	<u>732.968</u>	<u>876.153</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.128.987)</u>	<u>(546.124)</u>

(a) Os principais descontos são com operadora de acesso internet e fornecedores.

(b) São decorrentes, principalmente, sobre tributos a recuperar e depósitos judiciais.

22. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a IMA efetua a contratação de seguro para o imóvel locado para sede da empresa, em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. O valor segurado foi definido pela Administração em função do valor de mercado. Modalidade: prédio e conteúdo sendo o valor segurado para danos materiais de R\$ 20.000.000 e para lucros cessantes ou despesas fixas R\$ 9.600.000.

23. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A IMA revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável; e concluiu que ambos os métodos, tanto pelo valor líquido de venda como pelo valor líquido de uso utilizado, demonstraram que o valor líquido contábil está menor que o valor justo estimado, e por este motivo não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado, intangível e especiais no exercício de 2018.

24. AJUSTE AO VALOR PRESENTE

O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontada as taxas de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. A IMA não efetuou ajuste a valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois entende que tais fatos não representam efeitos relevantes.

Na análise dos saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que compõem os ativos e passivos não circulantes a IMA entende que não foi necessário efetuar o ajuste ao valor presente, por não estar aderente aos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC Nº 1.151/09 que aprovou NBC TG 12.

25 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 18 de dezembro de 2018, conforme publicação no Diário Oficial do Município de Campinas, a Câmara Municipal de Campinas aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a Lei nº 15.705, de 17 de dezembro de 2018, que autoriza a incorporação da Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas – Ciatec pela Informática de Municípios Associados – IMA.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/18, os acionistas opinaram para que seja feita análise contábil e jurídica mais minuciosa sobre a incorporação, inclusive com a elaboração de um plano de ação a ser seguido após a incorporação. Os acionistas manifestaram interesse na incorporação, concordando na realização de nova Assembleia após o cumprimento dos requisitos acima citados, em data a ser definida, para análise do protocolo de justificativa de intenção, bem como, a incorporação efetiva.

Diretoria

Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnero
Diretor Presidente

Mário Armando Gomide Guerreiro
Diretor Administrativo e Financeiro

Leandro Telles Salgueiro Barboni
Diretor Técnico

Márcio Fernando Corrêa Ricardo
Diretor de Governança Corporativa e Compliance

Conselho de Administração

Michel Abrão Ferreira
Presidente

Valter Aparecido Greve
Membro

Paulo Sérgio de Andrade
Membro

Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnero
Membro

Sebastião Sérgio Buani dos Santos
Membro

Conselho Fiscal

Tarcísio Galvão de Campos Cintra
Presidente

Christiano Biggi Dias
Membro

Alexandre Eugênio Serpa
Membro

Contadora

Ana Maria Cardoso de Oliveira Moraes
CRC-SP 1SP248339/0-1